

**REVISTA SEMESTRAL DE
DIREITO EMPRESARIAL**

Nº 12

Publicação do Departamento de Direito Comercial e do Trabalho
da Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro
janeiro / junho de 2013

Publicação do Departamento de Direito Comercial e do Trabalho da Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Prof. Alexandre Ferreira de Assumpção Alves, Prof. Eduardo Henrique Raymundo Von Adamovich, Prof. Eduardo Takemi Dutra dos Santos Kataoka, Prof. Ivan Garcia, Prof. João Batista Berthier Leite Soares, Prof. José Carlos Vaz e Dias, Prof. José Gabriel Assis de Almeida, Prof. Leonardo da Silva Sant'Anna, Prof. Marcelo Leonardo Tavares; Prof. Mauricio Moreira Menezes, Prof. Rodrigo Lychowski e Prof. Sérgio Campinho).

Editores: Sérgio Campinho e Mauricio Moreira Menezes.

Conselho Editorial: Alexandre Ferreira de Assumpção Alves (UERJ), António José Avelãs Nunes (Universidade de Coimbra), Carmem Tibúrcio (UERJ), Fábio Ulhoa Coelho (PUC-SP), Jean E. Kalicki (Georgetown University Law School), John H. Rooney Jr. (University of Miami Law School), Jorge Manuel Coutinho de Abreu (Universidade de Coimbra), José de Oliveira Ascensão (Universidade Clássica de Lisboa), Luiz Edson Fachin (UFPR), Marie-Hélène Bon (Université des Sciences Sociales de Toulouse), Paulo Fernando Campos Salles de Toledo (USP), Peter-Christian Müller-Graff (Ruprecht-Karls-Universität Heidelberg) e Werner Ebke (Ruprecht-Karls-Universität Heidelberg).

Conselho Executivo: Carlos Martins Neto, Enzo Baiocchi, Leonardo da Silva Sant'Anna, Mariana Campinho, Mariana Pinto e Viviane Perez.

Pareceristas deste número: Davi Antônio Gouvêa Costa Moreira (SEUNE), Eduardo Takemi Kataoka (UERJ), Jacques Labrunie (PUC-SP), José Carlos Vaz e Dias (UERJ), José Gabriel Assis de Almeida (UERJ), Marcelo Lauar Leite (UFERSA), Rodrigo Rocha Monteiro de Castro (Mackenzie – SP) e Sergio Negri (UFJF).

PATROCINADORES:

ISSN 1983-5264

CIP-Brasil. Catalogação-na-fonte
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

Revista semestral de direito empresarial. — nº 12 (Janeiro/Junho de 2013)
. — Rio de Janeiro: Renovar, 2007-.

v.

UERJ

Campinho Advogados

Moreira Menezes, Martins, Miranda Advogados

Semestral

1. Direito — Periódicos brasileiros e estrangeiros.

94-1416.

CDU — 236(104)

* Publicada no primeiro semestre de 2015.

as doenças ocupacionais e os acidentes do trabalho. Trata das fontes formais e materiais da regulamentação das condições de medicina e segurança do trabalho, realizando a identificação de conceitos e mostrando a normatização internacional, a evolução constitucional brasileira, as disposições da CLT, o procedimento de elaboração das Normas Regulamentadoras e os órgãos estatais de pesquisa e de fiscalização.

Em sede de Direito Cambiário, Domingo Pietrangelo Ritondo, Mestre em Direito e Tabelião do 3º Tabelionato de Protesto de Títulos de Belo Horizonte, discorre acerca do protesto extrajudicial da letra de câmbio sem aceite, realçando suas características básicas e a forma de execução do ato. Também enfrenta a divergência na interpretação do art. 21, § 5º, da Lei n. 9.492/97, introduzido pela Lei n.12.767/2012, admitindo a possibilidade de protesto da letra de câmbio por falta de pagamento, ainda que sem aceite, mas com a proibição de inclusão do nome do sacado no respectivo registro.

Gustavo Osna, mestre em Direito das Relações Sociais pela renomada Universidade Federal do Paraná – UFPR, professor de cursos de pós-graduação *lato sensu*, advogado e consultor jurídico e Mayara Roth Isfer, advogada e consultora jurídica, investigam a possibilidade de que as demandas relacionadas a deliberações assembleares sejam concebidas sob a ótica do processo coletivo, adentrando na problemática da (in)validação judicial e a divergência doutrinária sobre o assunto.

Na área do direito recuperacional, a advogada e professora Caroline da Rosa Pinheiro discute o controle judicial de decisão assemblear concessiva de recuperação judicial e como o papel do judiciário, no âmbito do processo falimentar, tem influenciado e comprometido, em parte, a autonomia da vontade da assembleia geral de credores sobre a decisão concessiva de recuperação judicial.

A resolução da sociedade limitada em relação a um sócio e a apuração de haveres é o tema central do trabalho apresentado pela

advogada e mestre em Direito Máira Leitoguinhos de Lima Abreu. Analisa-se o instituto da resolução da sociedade em relação a um sócio sob a expressão consagrada na doutrina “dissolução parcial”, sua construção histórica, as hipóteses de cabimento e questões sobre a apuração de haveres do sócio, enfrentando o tratamento legal e jurisprudencial a respeito.

Como parte de suas pesquisas no Mestrado na Universidade de Coimbra, o Defensor Público no Estado do Rio de Janeiro Rodrigo Azambuja Martins, apresenta lapidar trabalho acerca dos “acordos entre empresas” proibidos no direito comunitário da concorrência que tiverem por objetivo as condutas descritas no artigo 101, (1), do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE), conhecido como Tratado de Lisboa, por ter sido assinado nesta cidade em 13 de dezembro de 2007. Analisam-se os elementos constitutivos da proibição; a existência de uma empresa ou de uma associação delas; a colusão (expressada através de um acordo entre empresas, decisão de associação, ou práticas concertadas); objeto ou efeito de restrição, distorção ou falseamento da concorrência; consequências significativas na competição; efeitos consideráveis no comércio entre Estados-membros e as consequências da adoção de um dos comportamentos proibidos.

Renovando o compromisso do Departamento de Direito Comercial e Trabalho da UERJ com o preparo e edição de novos números e em agradecimento aos nossos leitores e colaboradores, finalizo este Editorial.

Muito cordialmente,

Prof. Dr. Alexandre Ferreira de Assumpção Alves
Chefe do Departamento de Direito Comercial e Trabalho
Faculdade de Direito da UERJ

Editorial

Caros leitores da RSDE,

O presente número, referente ao primeiro semestre de 2013, conta com nove artigos, destacando-se a honrosa participação dos professores e juristas espanhóis María de la Sierra Flores e Miguel Díez de los Ríos Flores. Apresentam-se artigos sobre variados temas, sendo três de direito societário, dois de recuperação de empresas, um sobre empresa e relações de trabalho, um de direito cambiário e outro sobre direito da concorrência.

A contratação eletrônica de serviços financeiros no direito espanhol em cotejo com o direito europeu harmonizado é o tema do artigo em coautoria dos professores María de la Sierra Flores, catedrática de Direito Mercantil na Universidade Complutense de Madrid – UCM e do professor Miguel Díez de los Ríos Flores, da Universidade CEU San Pablo. Os autores analisam os principais aspectos dos contratos à distância de serviços financeiros, cuja utilização tem crescido progressivamente ao lado do número de usuários da Internet. Uma das vantagens apresentadas reside na possibilidade de o consumidor conhecer e comparar, pela Rede, produtos e serviços que cada instituição oferece ao mercado, facilitando o conhecimento e a decisão de contratar um produto financeiro específico.

O primeiro trabalho na área de Direito Societário versa sobre a aplicação da desconsideração da personalidade jurídica em caso de perda grave de capital social e os reflexos na limitação da responsabilidade dos sócios. Nele, o Doutor José Edwaldo Tavares Borba e Gustavo Rabelo Tavares Borba criticam, com propriedade, a aplicação jurisprudencial exacerbada da teoria da desconsideração da personalidade jurídica, afastando-se dos pressupostos que

justificariam sua aplicação, notadamente a necessidade de comprovação do “abuso da personalidade jurídica” por parte do sócio. A falta de critério subjetivo ou a simples premissa de que os sócios devem responder objetiva, solidária e ilimitadamente pelas obrigações sociais, em caso de inadimplemento de obrigações pela pessoa jurídica, ou insolvência patrimonial, contribuiu para o comprometimento, no âmbito jurisprudencial, das regras sobre a efetividade do capital social e a limitação da responsabilidade dos sócios. Torna-se, assim, imprescindível o adequado equacionamento legislativo das regras societárias sobre a efetividade do capital social e desconsideração da personalidade jurídica.

O jovem e talentoso advogado, mestre e especialista em Direito e professor Marcus Vinicius Alcântara Kalil, que trilha com proficiência os passos do pai Orlando Kalil Filho, também advogado e professor de Direito Empresarial, apresenta um estudo atual e muito pertinente sobre a repartição de competências, prevista na Lei n. 11.101/2005, entre os atores envolvidos no processo de recuperação judicial, em especial o juiz e os credores. O trabalho discorre sobre a “homologação” judicial do plano de recuperação e o dualismo entre o controle de legalidade prévio à concessão e o respeito à liberdade contratual. O cerne é a análise tanto da viabilidade econômico-financeira do plano de recuperação pelos credores, quanto daquela relativa ao controle da legalidade de suas cláusulas, realizado pelo juiz, tendo como premissa a natureza jurídica negocial do procedimento recuperacional.

O professor Ronald Amaral Sharp Júnior, Professor de Direito Comercial nos cursos de pós-graduação *lato sensu* da Fundação Getúlio Vargas – FGV/RJ e ex-advogado do BNDES, premia a RSDE com seu valoroso artigo sobre a Regulamentação das condições de medicina e segurança do trabalho pelo Ministério do Trabalho e Emprego. A pesquisa busca fundamentar a edição das Normas Regulamentadoras e as medidas institucionais que objetivam combater